



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10358 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT02 - História da Educação

EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA AS CRIANÇAS INDÍGENAS NA RESERVA INDÍGENA DE DOURADOS/MT NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Cristiane Pereira Peres - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Alessandra Cristina Furtado - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA AS CRIANÇAS INDÍGENAS NA RESERVA INDÍGENA DE DOURADOS/MT NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Resumo

Este trabalho analisa a educação escolar ministrada às crianças indígenas das etnias Kaiowá, Guarani e Terena na primeira metade do século XX na Reserva Indígena de Dourados (RID), região sul de Mato Grosso (MT), na Escola da Missão (Escola Primária General Rondon) e na Escola do Posto (Escola Francisco Ibiapina). O recorte temporal na primeira metade do século XX justifica-se pelo início das primeiras experiências da educação escolar para as crianças indígenas, a partir da criação e instalação da Missão Evangélica Caiuá (MEC) e também do Posto Indígena Francisco Horta Barbosa. Para tanto, foi preciso recorrer aos documentos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), ao jornal protestante *O Estandarte* e a uma bibliografia ligada à história, à educação indígena e à história da infância indígena. As análises apontaram que a educação escolar inseriu as crianças indígenas em novos contextos sociais, políticos, econômicos, culturais e educacionais, buscando por meio da evangelização e alfabetização desenvolver o projeto religioso, assimilacionista e civilizatório do Estado e da Missão. Contudo, os novos conhecimentos e os atendimentos sociais realizados na Reserva, foram necessários para as crianças indígenas se relacionarem e permanecerem no cenário multiétnico, no qual passaram a conviver na Reserva.

Palavras-chave: Reserva Indígena de Dourados. Educação escolar. Crianças indígenas.

Introdução

Ao final da década de 1990, ocorreu uma expressiva preocupação no desenvolvimento de pesquisas que investigavam a história da educação escolar indígena, adentrando também no século XXI (BITTENCOURT, 2017). Nesta perspectiva, este trabalho analisa a educação escolar ministrada às crianças indígenas das etnias Kaiowá, Guarani e Terena na primeira metade do século XX na Reserva Indígena de Dourados (RID), região sul de Mato Grosso (MT), na Escola da Missão (Escola Primária General Rondon) e na Escola do Posto (Escola Francisco Ibiapina).

O recorte temporal na primeira metade do século XX justifica-se pelo início das

primeiras experiências da educação escolar para as crianças indígenas da Reserva, a partir da criação e instalação da Missão Evangélica Caiuá (MEC) e também do Posto Indígena Francisco Horta Barbosa.

Diante disso, buscou-se investigar como ocorreu o ensino escolar para as crianças indígenas da RID, a partir da criação e instalação das escolas e como esses novos conhecimentos inseridos pela MEC e pelo SPI influenciaram na educação indígena. Para responder aos questionamentos, apoiamo-nos em fontes de pesquisa, como os documentos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), guardados no Museu do Índio no Rio de Janeiro e o jornal protestante *O Estandarte*, disponibilizado para consulta *online*.

As análises embasaram-se nos pressupostos teóricos da Nova História Cultural e em uma bibliografia ligada à educação indígena e à história da infância indígena.

As pesquisas sobre a educação indígena, a educação para os indígenas e a educação escolar indígena foram e são possíveis de realização pela abertura e contribuições da nova historiografia educacional que passou a ser produzida no Brasil no final da década de 1980 com interesses investigativos voltados para a cultura, a história cultural e os estudos culturais (BURKE, 2008). Isso porque “[...] as questões lançadas pela chamada Nova História Cultural vêm redesenhando as fronteiras e redefinindo os métodos e objetos da história da educação no Brasil.” (CARVALHO, 2007, p. 116).

O texto apresenta-se dividido em dois tópicos. O primeiro trata da criação da Reserva Indígena de Dourados e a fundação da Missão Evangélica Caiuá. E o segundo tópico aborda a análise da educação escolar para as crianças indígenas da Reserva.

A Reserva Indígena de Dourados e a Missão Evangélica Caiuá: o espaço de criação das escolas

No ano de 1917 foi criada em Dourados, pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), a RID, pelo Decreto nº 404 de 3 de setembro. O Decreto determinou uma área de 3.539 hectares, sendo povoada pelas etnias Kaiowá, Guarani e Terena.^[1] Na Reserva, em 1929, foi instalada a MEC, mantendo contatos de início com os indígenas da etnia Kaiowá, e, posterior, Guarani e Terena. Os fundadores da Missão foram os missionários americanos, reverendo Alberto Sidney Maxwell e sua esposa Mabel Davis Maxwell, pertencentes a Igreja Presbiteriana. Também compuseram a primeira equipe missionária o agrônomo José da Silva, sua esposa Guilhermina da Silva (professora) e seu filho Erasmo, da Igreja Presbiteriana; o médico membro da Igreja Metodista Nelson de Araújo; o professor e dentista Esthon Marques membro da Igreja Presbiteriana Independente, que de modo assistencialista atendia os indígenas de forma espiritual, educacional, médica e social. (O ESTANDARTE, 9 maio 1929).

A região de Dourados foi escolhida como um espaço estratégico para o desenvolvimento dos trabalhos missionários protestantes e para a inserção e desenvolvimento da fé protestante entre os indígenas e não indígenas, por representar um lugar promissor para a difusão do protestantismo.

A Missão foi um dos projetos protestantes mais importantes do sul do Estado e foi originário da *Associação Evangélica de Catequese dos Índios do Brasil* (AECI), criada em São Paulo em agosto de 1928, uma iniciativa de âmbito nacional considerada “[...] a primeira empresa missionária criada e conduzida por igrejas protestantes brasileiras com o fim de cristianizar povos indígenas, especialmente, os Guarani.” (GONÇALVES; POSSADAGUA, 2012, p. 49).

Para os missionários metodistas e presbiterianos, os trabalhos desenvolvidos pela MEC na Reserva tiraria os indígenas do estágio da incivilidade e os tornariam civilizados e com novas relações e organizações quanto ao trabalho, a cultura e os saberes, alcançando o estágio do desenvolvimento difundido pelos republicanos nas primeiras décadas do século XX. Para isso, era preciso adotar novos costumes, comportamentos e conhecimentos, e novas práticas quanto à higiene, à família, à religiosidade e a relação com a natureza.

Portanto, tanto a MEC quanto o SPI, contaram com a criação e a instalação das escolas na Reserva para inserir novos conhecimentos e construir entre as crianças indígenas novos comportamentos e práticas com referências não indígenas.

O Ensino Escolar para as Crianças Indígenas da Reserva de Dourados

Os encontros bíblicos e as aulas de alfabetização marcaram a presença da escola na RID, em que passaram também a inserir as crianças indígenas em contextos de evangelização, “civilização” e alfabetização conduzidos pelos interesses dos missionários protestantes e dos agentes do Estado brasileiro de assimilação cultural e integração dos indígenas à sociedade nacional.

Nesse contexto de educação escolar, foi inserido um ensino com conhecimentos que não pertenciam as realidades cultural, religiosa, social, econômica e familiar dos indígenas. Tais conhecimentos passaram a inserir um ritual de normas, padrões e práticas não indígenas que não reconhecia e atendia a educação indígena, que “[...] é ensinar e aprender cultura, durante toda a vida e em todos os aspectos.” (MELIÀ, 1979, p. 12).

O ensino ministrado na Escola da Missão e na Escola do Posto buscou construir entre as crianças indígenas práticas religiosas cristãs, cívicas, de higiene e de trabalho em um processo de construção da educação, modernidade e cidadania que estava em desenvolvimento para atender aos ideais republicanos.

Ante o exposto, a escola com seu ritual que inclui regras, cronogramas, tempos, disciplinas, práticas e conteúdos, buscou distanciar as crianças da RID do seu modo de ser indígena, o que pode ter provocado conflitos na autonomia que as crianças indígenas possuem na comunidade no desenvolvimento da sua educação. [2] Como afirma Tassinari (2007, p. 14), “Para os Guarani, há o reconhecimento da autonomia da criança, que deve ser respeitada”, reconhecimento que ocorre também em outras etnias. Deste modo, a formação de novos comportamentos foi estruturada no ambiente escolar, era preciso tornar as crianças indígenas cristãs, cívicas, asseadas e com civilidade, para que assim pudessem ser inseridas na sociedade não indígena e contribuíssem com a formação da identidade nacional. Isso permite compreender que

A escola, como instituição originária desse “mundo dos brancos”, ocupa então, simbolicamente, lugar de estaque como meio de obtenção de conhecimentos “externos” a serem incorporados e socializados internamente. (LOPES DA SILVA, 2002, p. 46).

Nas escolas da Reserva, no desenvolvimento da alfabetização e da inserção dos conhecimentos ocidentais entre as crianças, os professores da Missão e do Estado fizeram uso da revista metodista *Bem-te-vi*, da *Cartilha do povo – para ensinar a ler rapidamente*, da *Cartilha da infância* e do *Primeiro livro de leitura*. Por meio desses materiais didáticos, o projeto educativo-religioso da Missão e a política indigenista do Estado, buscaram alfabetizar as crianças na Língua Portuguesa, com outros valores, culturas e crenças religiosas. Isso posto, é possível entender que as “[...] representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre

determinadas pelos interesses de grupo que as forjam.” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Nessa perspectiva, o ensino escolar elaborado pelos missionários e pela política do SPI objetivou romper com a educação da criança indígena desenvolvida por meio dos saberes tradicionais passados pela educação indígena na família e na comunidade. Logo, a educação escolar ocorreu sem respeitar a personalidade e a autonomia das crianças indígenas.

Isso posto, é importante marcar que “[...] a identidade e a subjetividade infantis constroem-se por meio de processos que se realizam em seus corpos e que sintetizam significações sociais, cosmológicas, psicológicas, emocionais e cognitivas.” (LOPES DA SILVA, 2002, p. 41). Entre as crianças indígenas, o aprendizado necessário para a construção da identidade e subjetividade encontra-se na educação indígena, que ocorre no convívio diário com a cultura, a religião, as crenças, os rituais, a língua e os saberes tradicionais.

Deste modo, na RID, as crianças indígenas precisaram encontrar formas para permanecerem com suas culturas e construir suas identidades ao passo que passaram a frequentar a escola para os indígenas. Com base no conceito de tática de Certeau (2014, p. 94) que se refere “[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia.” Percebe-se que essas crianças indígenas utilizaram táticas de permanência ao frequentaram essas escolas para obterem vestimentas, alimentos e, também, conhecimentos sobre a cultura dos não indígenas para se socializarem na RID e na região de Dourados. Logo, a construção de representação “[...] não se afasta nem da realidade nem do social” (CHARTIER, 2010, p. 26), uma vez que, as crianças indígenas foram então construindo suas representações a partir dos contatos com a cultura não indígena, e com as culturas indígenas.

Assim, os protestantes metodistas e presbiterianos, e o SPI, buscaram por meio da evangelização e alfabetização, assimilar, “civilizar” e integrar as crianças da Reserva a cultura e sociedade não indígena.

À Guisa de Conclusão

Um trabalho desta natureza nos possibilitou compreender e refletir sobre a infância indígena na pesquisa em História da Educação. Desse modo, podemos dizer que esse trabalho contribui para os estudos da infância indígena na História da Educação brasileira e, de forma específica, à História da Educação em Mato Grosso, pois, as investigações acerca da história da relação das crianças indígenas das diversas etnias com a família, a comunidade e a escola ainda está aberta a estudos.

Como mostramos a análise da educação escolar ministrada às crianças indígenas das etnias Kaiowá, Guarani e Terena na primeira metade do século XX na Reserva de Dourados, região sul de Mato Grosso (MT), na Escola da Missão (Escola Primária General Rondon) e na Escola do Posto (Escola Francisco Ibiapina), apontou que a educação escolar inseriu as crianças indígenas em novos contextos sociais, políticos, econômicos, culturais e educacionais, buscando por meio da evangelização e alfabetização desenvolver o projeto religioso, assimilacionista e civilizatório do Estado e da Missão Evangélica Caiuá, contudo, as crianças indígenas utilizaram táticas de permanência ao frequentaram essas escolas.

Por fim, pudemos constatar que a educação escolar desenvolvida pelo SPI e pela Missão Caiuá, direcionada às crianças indígenas da RID, realizou um trabalho de acolhimento, mas também, de assimilação, “civilização” e integração à sociedade nacional.

Referências

BITTENCOURT, Circe Fernandes. História da educação indígena no Brasil: percursos de pesquisas. **Revista Anuario de Historia de La Educación**, v.18, n. 2, 2017, p. 100-113.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Manuais de pedagogia, materialidade do impresso e circulação de modelos pedagógicos no Brasil. **Revista Colombiana de Educación**, Bogotá/Colombia, n. 52, p.114-135, enero/junio, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Tradução Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** 2. ed. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos”. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 69, p. 7-30, 2010.

GONÇALVES, Carlos Barros; POSSADAGUA, Leandro. Missão Evangélica Caiuá: 82 anos de uma história entre os Guarani. **Revista Índio**, ano 2, n. 2, p. 48-51, 2012.

LOPES DA SILVA, Aracy. Pequenos “xamãs”: crianças indígenas, corporalidade e escolarização. In: LOPES DA SILVA, Aracy; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva; NUNES, Angela. **Crianças indígenas: ensaios antropológicos.** São Paulo: Global, 2002.

MELIÀ, Bartomeu. **Educação indígena e alfabetização.** São Paulo: Edições Loyola, 1979.

TASSINARI, Antonella. Concepções indígenas de infância no Brasil. **Tellus**, Campo Grande, ano 7, n. 13, p. 11-25, out., 2007.

Documentos

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Posto Indígena Francisco Horta. **Relatório.** julho 1966. Museu do Índio, Rio de Janeiro. (microfilme n. 7, planilhas 91-92).

Periódicos

O ESTANDARTE, n. 20, maio, 1929.

[1] Documento do Posto Indígena Francisco Horta. Relatório, julho 1966. Museu do Índio, Rio de Janeiro. (microfilme n. 7, planilha 91-92).

[2] Importante salientar que há uma diversidade sociocultural indígena, assim, as concepções sobre a infância indígena são diversas, possuindo suas interpretações a partir das culturas das etnias.